

margens ficam totalmente ocupadas, e o rio quer se expandir. Para onde ele vai? Para a casa dos mais pobres. Isso é todo ano. E você diz assim: "Isso pode acontecer até duas vezes por ano, às vezes acontece em novembro ou dezembro, e acontece em março. Já é esperado". Gente, quantos anos vamos esperar para que se faça um tratamento adequado, para que se saiba corretamente a situação, o tamanho das chuvas que se possa ter? Investir em Educação, Leci, é uma situação que comove a gente. Não se faz esse investimento correto em Educação.

Uma outra coisa: eu, como médico, sinto falta disso, e durante esses cinco anos venho lutando aqui. A prevenção, a medicina preventiva. Você sabia que uma gestante só tem direito a sete pré-natais? E normalmente só tem direito a três ultrassons. Isso é um absurdo, um cúmulo. Não se dá uma condição humana para que ela conheça o que é uma sala de parto. E tem um projeto nosso aqui, para ela ser preparada, humanizada, conheça a sala de parto, para que ela não tenha medo de ter um parto normal, fisiológico. Sim, fica ouvindo de um e de outro, vai para o médico, na hora do trabalho de parto, e já vem direto pedindo para fazer uma cesárea porque não quer sentir dor, porque não foi preparada. Sabe o que acontece? Ao invés de gastarmos 800 reais por causa de um parto normal, vamos gastar 2.000 reais.

Então, tudo isso por quê? Por falta de educação, humanização, amor ao próximo, respeito às mulheres, às gestantes. E isso é tão importante e tão bonito. Você sabe onde eu vi funcionar isso aí? Na cidade de Tupã. Infelizmente, acabou. Entrou um prefeito que não gostava do outro, e acabou esse sistema de humanização. Olha a que absurdo chega a política. Então, políticas públicas, falta de humanização e o tratamento - fazer a prevenção.

Hoje, está todo mundo apavorado, preocupado com o sarampo. Quem é que não escuta isso toda hora nos jornais? Preocupado com o problema, de novo, da dengue hemorrágica, chikungunya. Então, é o tempo todo se fazendo um trabalho por falta de orientação, de educação, de formação das pessoas. Então, sempre nós tivemos aqueles fumacês, aquelas pessoas que vinham orientar, no combate à malária. Acabou isso.

Eu dizia, no ano passado, ao governo Geraldo Alckmin e, depois, ao governo Márcio França: invista, contrate pessoas emergenciais para se fazer esse trabalho de combate à dengue. Nós não podemos conviver com o que está acontecendo. "Precisam de mil, precisamos de 20 mil." Falei para o David Uip, naquele momento: "mas o governo não tem dinheiro". Como que não vai ter dinheiro? É melhor você tratar as pessoas quando já estão com a doença ou é melhor você fazer a prevenção? É muito melhor fazer a prevenção.

Quando você faz o tratamento de esgoto, o saneamento básico, a economia é enorme em relação à Saúde, é muito grande. Gente, nós vamos continuar convivendo com isso. Por quê? Porque não interessa para alguns políticos - e vou até fazer essa demonstração aqui - investir em saneamento básico.

Para quem conhece Bertioiga, foi feito o saneamento básico no centro de Bertioiga e no Indaíá, perto do melhor bairro, da melhor praia que se tem hoje em Bertioiga, e se deixou o miolo de Bertioiga, Jardim Maitinga, Vila Agaó. Esses quatro bairros ficaram sem investimento. O outro investimento foi feito por um banco japonês. Nós conseguimos, com muita luta, fazer esse saneamento básico lá, que não terminou ainda.

Conseguimos 23 milhões de reais, mas ninguém viu propaganda que você conseguiu saneamento básico. Eu fiz a propaganda, dizendo que tinha conseguido saneamento básico para a cidade de Bertioiga, nesses bairros chamados Jardim Maitinga, Vila Agaó. O que acontece? As pessoas nos deram 128 votos. Por quê? Se fosse asfalto, eles realmente dariam mais votos, mas, como é saneamento básico, as pessoas não estão educadas para isso; tampouco prefeitos e vereadores respeitam esse lado.

Só estou fazendo este exemplo aqui para mostrar por que os políticos não investem em saneamento básico. Eles dizem: "porque não dá voto". Então, gente, a gente tem que cumprir. Nós vamos continuar trabalhando até o último momento, até o último dia, que deve ser quinta-feira, porque fiquei como suplente. Então, vou ficar aí, lutando ainda em todas as cidades por uma melhor Santa Casa, lutando pelo saneamento básico, lutando pela medicina preventiva. Isso é o mais importante que se tem. Nunca pare de lutar, porque a política é isso: é servir e não ser servido.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - É regimental. Esta sessão está suspensa até as 16 horas e 30 minutos. Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 04 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Gileno Gomes.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PROS - Reaberta a sessão.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente. Acordo das lideranças, quero pedir suspensão dos nossos trabalhos até as 17 horas e 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILENO GOMES - PROS - Nobre deputado, está suspensa a sessão até as 17 horas e 15 minutos.

- Suspensa às 16 horas e 29 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 18 minutos, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSDB - Sr. Presidente, queria pedir a suspensão por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Estão suspensos os trabalhos por 10 minutos.

- Suspensa às 17 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Bruno Caetano.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito a suspensão por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - É regimental. Fica suspensa a sessão por mais 15 minutos.

- Suspensa às 17 horas e 33 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Zaiá.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIÁ - PPS - Convocação - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relação do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 17 horas e 50 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 44/2019, de autoria do Sr. Governador, que revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituído pela Lei 12.640, de 11 julho de 2007.

O SR. GILMAR GIMENES - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo de líderes, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIÁ - PPS - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência suspende a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 48 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 04 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Zaiá.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIÁ - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 44, de 2019, de autoria do Sr. Governador, que revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituído pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2017.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIÁ - PPS - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantado os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 05 minutos.

12 DE MARÇO DE 2019 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 44/19.

2 - BETH LULA SAHÃO

Encaminha a votação do PL 44/19, em nome do PT.

3 - BRUNO CAETANO

Para comunicação, diz não ter conhecimento da declaração dada por funcionária do governador João Doria, mencionada pela deputada Beth Lula Sahão. Lamenta a declaração. Discorda das críticas, feitas pela deputada, a respeito das delegacias de defesa das mulheres. Informa que, em aproximadamente 50 dias do Governo Doria, já foram inauguradas sete delegacias das mulheres, com funcionamento 24 horas. Ressalta que as promessas de campanha estão sendo cumpridas.

4 - DAVI ZAIÁ

Encaminha a votação do PL 44/19, em nome do PPS.

5 - MÁRCIO CAMARGO

Encaminha a votação do PL 44/19, em nome do PSDB.

6 - BARROS MUNHOZ

Encaminha a votação do PL 44/19, em nome do PSB.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Diz que esta semana folheou um livro sobre a história de São Paulo. Informa que, desde a primeira legislatura nesta Casa, foram eleitos democraticamente 47 presidentes, e apenas um deles foi reeleito, o deputado Barros Munhoz. Ressalta que o mesmo faz parte da história do Estado e que possui uma qualificação política invejável. Considera que todos devemos ouvir suas posições. Esclarece que esta é uma biografia que precisa ser levada em consideração e que merece o nosso respeito. Coloca em votação e declara aprovado o PL 44/19, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a Emenda nº 1 ao projeto em tela. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia. Em discussão o Projeto de lei no 44, de 2019, de autoria do Sr. Governador, que revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei no 12.640, de 11 de julho de 2007. Com emenda. Parece da reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário à emenda.

Em discussão o Projeto de lei no 44, de 2019. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sr. Presidente, para encaminhar a votação pela bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PT, tem a palavra a nobre deputada Beth Lula Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, ocupo esta tribuna hoje para falar que nós tivemos, no dia oito de março, o Dia Internacional da Mulher. No período da manhã, aqui, fizemos a entrega do Prêmio Beth Lobo. Beth Lobo foi uma referência na pesquisa acadêmica no que diz respeito às mulheres, principalmente na questão do mundo do trabalho. Foi uma das primeiras cientistas sociais a desvendar esse mundo do trabalho das mulheres, suas desigualdades, suas discriminações, os assédios sofridos por mulheres, principalmente na região do ABC. E foi dignamente homenageada por esta Casa, através do Prêmio Beth Lobo, instituído já em legislações anteriores. E outras mulheres receberam, aqui, a premiação.

Mas o que me traz também a esta tribuna é uma matéria que foi publicada hoje na "Folha de S. Paulo", na coluna da jornalista Mônica Bergamo. Pasmem: uma assessora do governo João Doria, aliás uma DJ chamada Pietra Bertolazzi, teve a desfaçatez de dizer que nós não temos crimes de feminicídio no Brasil. Eu não sei de onde essa mulher tirou essas informações, porque nas últimas semanas o que mais se falou nesse país, infelizmente, foram os crimes de feminicídio. Crimes bárbaros, cada vez mais cruéis e cada vez com uma incidência maior de mulheres que vêm sendo mortas pelo simples fato de serem mulheres, como aconteceu agora no carnaval.

E não tem mais essa de cidade grande ou cidade pequena. É na cidade pequena, é nas chácaras que acontece, é nos grandes centros urbanos. As mulheres continuam sofrendo violências enormes na nossa sociedade, seja através de agressões, seja através de chutes, pontapés; seja através de esturpos, que vêm aumentando cada vez mais; seja através dos seus próprios assassinos, infelizmente. Na maioria dos casos, esses assassinos são cometidos pelos seus próprios parceiros em quase 70% dos casos. A cada 60 horas, uma mulher é vítima de feminicídio no nosso País. É muito alta essa incidência; é vergonhosa essa incidência, na verdade.

Nós precisamos implementar um conjunto de políticas capazes de reduzir isso. E ao invés disso, nós temos uma agenda do estado - que sugiro ao governador João Doria que a demita imediatamente - que coloca essas afirmações. E mais: diz que as feministas tiveram, em algum momento das suas vidas, situações de infelicidade. Olha, quero dizer que sempre defendi o feminismo e sou uma mulher muito feliz. Sou muito feliz na minha condição de mulher, de psicóloga, com mestrado em sociologia; como deputada do Partido dos Trabalhadores, como ativista em relação aos direitos humanos, como uma militante na busca dos direitos das mulheres, pela igualdade de gêneros.

Então, essa mulher falou tanta bobagem que vai ser um problema ela ser mantida como assessora. Na verdade, ela é uma DJ e assessora - se não me engano - do Fundo Social de Solidariedade - muito mal conduzido, se ela estiver lá no Fundo Social de Solidariedade. Deveria ser imediatamente dispensada, demitada a bem do serviço público, porque uma pessoa como essa não pode prestar um bom trabalho. Com certeza, não presta um bom trabalho. Por quê?

Porque é um desvirtuamento da realidade no que diz respeito à mulher. Aliás, esse governo vem sendo pautado por um governo que não respeita a questão das mulheres. Nós, aqui, no final do ano, aprovamos um projeto de minha autoria que mantém abertas, de forma ininterrupta, as Delegacias de Defesa da Mulher, não só no período noturno, durante 24 horas, mas, principalmente, nos feriados e finais de semana. Até porque é exatamente nesses momentos, nesses dias e nesses horários que a incidência da violência aumenta, e as mulheres não têm para onde ir, não têm instrumentos que possam protegê-las, que possam ampará-las exatamente nos momentos em que elas mais precisam desses serviços, e esses serviços não existem.

Como é também a Casa da Mulher Brasileira, que foi um programa implementado ainda no governo da presidenta Dilma. Aqui, em São Paulo, tem a Casa da Mulher Brasileira há três anos, e há três anos essa casa está fechada, não está funcionando. E não funciona por irresponsabilidade dos governos, principalmente do governo do município, que já deveria ter provido essa casa, porque a manutenção e a contratação de trabalhadores são responsabilidades dos municípios.

São Paulo é uma cidade que vem aumentando a violência contra a mulher e tem uma casa que tem que receber as mulheres vítimas da violência. Ali têm que estar profissionais especializados para esse atendimento, ali podem funcionar Delegacias de Defesa da Mulher. Fechada! Essa é uma informação que toda a população do estado precisa saber. Muitas vezes, é por uma economia burra, porque, quando se faz economia nestas áreas, uma área em que a violência já não é mais uma violência comum, já é uma epidemia.

A violência sobre a mulher, hoje, é um problema não só de Segurança Pública, mas é um problema de Segurança Pública, é um problema de direitos humanos e é um problema de Saúde Pública, porque as mulheres que são vitimizadas, além de sofrerem os problemas da psicossomatização desta violência, podem sofrer de problemas físicos, mas, principalmente, de problemas mentais, porque a vitimização da mulher e a agressão sobre a mulher destroem a sua autoestima, mexem com a sua psique e podem levar à depressão, à tristeza e até ao suicídio.

Entem, eu estava conversando com uma mulher vítima da violência lá na minha cidade. Ela me disse que foi tanta violência durante os sete anos em que ficou casada, tantos socos e tantos pontapés que ela teve três tentativas de suicídio. Graças a Deus, as tentativas que ela realizou não tiveram o resultado esperado.

Hoje, ela está viva, conseguiu se superar, casou-se novamente, teve dois filhos da primeira união, mas, graças a Deus, se libertou do seu algoz, porque é incrível, exatamente as pessoas que deveriam dar ao ar amparo, que deveriam nos tratar com dignidade, que deveriam tratar as mulheres com o respeito que nós merecemos, são as piores pessoas, são aquelas que mais as afetam, são aquelas que mais as agridem e são aquelas mais responsáveis pelas suas mortes.

Nós não queremos mais ser mortas. Nós queremos poder viver, viver num estado onde nós sejamos respeitadas, e não é com declarações infelizes, como esta, não só dessa DJ que trabalha no governo Doria, mas também da ministra de Direitos Humanos, que só abre a boca para falar bobagem, infelizmente, que desconhece a história de luta das mulheres, que desconhece as dezenas de milhares de mulheres que deram suas vidas para que nós estivéssemos aqui neste momento usando esta tribuna e falando publicamente, porque isso, até alguns anos atrás, não nos era possível.

O Brasil foi um dos países que mais tardiamente habilitou as mulheres para que elas pudessem votar e serem votadas. Primeiro, começou a votar, para, só lá na frente, poderem ser votadas também. Então, o nosso atraso é grande.

Infelizmente, agentes acabam atuando para estimular ainda mais essa violência, criando um ambiente favorável para isso. Enquanto houver esse incentivo à violência da mulher nós vamos figurar em um índice vergonhoso, como o quinto país do mundo que mais comete violência contra as mulheres, entre 84 países pesquisados. Esse é um índice que nós poderíamos muito não estar configurados nele.

Eu espero que um dia a gente possa subir nesta tribuna, quando tivermos políticas públicas fortes, ações efetivas, iniciativas capazes de poder eliminar todo e qualquer tipo de violência sobre as mulheres, em que a relação de gêneros seja pautada pelo respeito, pela dignidade e, sobretudo, pela igualdade. Aqui, a gente não tem. Gente que é paga com dinheiro público trazendo essa desinformação para a nossa sociedade. Eu espero que o bom senso paire sobre as decisões do governador do estado e ele possa demitir essa sua funcionária.

Por enquanto era só, Sr. Presidente.

O SR. DAVI ZAIÁ - PPS - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar, em nome do PPS.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Queria fazer um comunicado enquanto o deputado...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência, enquanto o deputado Davi Zaiá se encaminha, tem a palavra para comunicação.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu ouvi atentamente as palavras da deputada Beth Sahão, que respeito e com a qual concordo com toda a luta em defesa das mulheres. Não tive conhecimento da declaração dessa funcionária do Fundo Social de Solidariedade do Estado. Se essas realmente foram as palavras, ela está totalmente equivocada, não merece a confiança de uma função tão importante que é a do Fundo Social de Solidariedade.

Mas também quero dizer que as críticas em relação à figura do governador, com todo respeito à deputada, não são justas, na medida em que, em pouco mais de 30 dias de governo, 40 dias, 50 dias de governo, o governador Doria já inaugurou sete Delegacias da Mulher, delegacias 24 horas, o que mostra que, para além do discurso daquilo que foi prometido durante a campanha, o governador tem agido na prática para melhorar as condições, para combater o feminicídio, para combater a violência da mulher não com discurso, mas com ações concretas. São sete, e serão 40 ao longo dos próximos meses.

Muito obrigado.

O SR. DAVI ZAIÁ - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos encaminhando em relação ao Projeto 44, de 2019, para registrar, primeiro, o agradecimento a todos os líderes, a todos os partidos. É um projeto que o governador João Doria enviou a esta Casa no mês de fevereiro. Nós já estamos em le pronto para votar hoje na Ordem do Dia.

É um projeto importante, porque revaloriza o piso salarial do estado de São Paulo. É uma lei que existe no estado desde 2007, cumprindo o que permite a Constituição do Estado, importante para milhares de trabalhadores, principalmente para aqueles trabalhadores que são menos protegidos pela ação dos sindicatos, pelos acordos coletivos, pelos pisos salariais específicos de diversas categorias. Portanto, a ação do Governo do Estado e desta Casa em garantir que esse piso seja reajustado oferece um ganho que, para essa faixa dos trabalhadores, é bastante significativo.

O piso está tendo um reajuste de, por esse projeto que vamos votar logo em seguida, 4,97 por cento. Isso significa a reposição da inflação calculada de novembro de 2017 a outubro de 2018, portanto, um período de 12 meses - pelo IPC-Fipe

ficou em 3,63 -, além disso, acrescido da previsão ainda do crescimento do PIB de São Paulo em 2018, que estava previsto para 1,3.

Então, é importante isso porque mantém uma política de crescimento do piso do estado de São Paulo, além da inflação anual, também de um aumento real, na medida em que a nossa economia tenha previsão de crescimento. Isso é uma política importante, valorizar os salários mais baixos do estado de São Paulo.

Importante registrar aqui ainda. No início do ano realizamos uma primeira reunião, acompanhados do Ricardo Patah e do Edson Laércio de Souza. O Ricardo Patah, presidente da UGT, o Edson Laércio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde, que é um sindicato que tem muita gente que acaba sendo beneficiada por esse piso, porque embora tenha o piso dos trabalhadores, o piso salarial de São Paulo fica muito próximo, e acaba impulsionando e ajudando que o sindicato possa melhorar também o seu piso.

Tivemos uma primeira audiência com a secretária Patricia Ellen, que hoje incorpora a pasta do Trabalho, portanto responsável pelo encaminhamento desse projeto. Em seguida, tivemos uma audiência com o vice-governador do estado de São Paulo, Rodrigo Garcia, e isso possibilitou que esse projeto chegasse então aqui à Assembleia com essas características, assinado pelo governador João Doria.

Então, agradecer a todos que participaram disso aqui nesta Casa, que de maneira muito rápida entendeu a importância desse piso, e estamos aqui então aptos a votar. Ressaltar que todos os anos, junto com o piso salarial... Porque esse piso é fixado, e, pela Constituição, ele obriga aqueles trabalhadores que estão previstos no projeto de lei da iniciativa privada. Então, a Constituição estabelece isso para a iniciativa privada.

Todos os anos, o estado de São Paulo mandava também para esta Casa um projeto de lei estabelecendo o piso também para os servidores públicos do estado de São Paulo. O número não é o mesmo dos trabalhadores da iniciativa privada, mas muitos servidores públicos também hoje ganham menos do que o piso que está sendo estabelecido nessa lei estadual.

Então, todos os anos nós tínhamos os dois projetos. O que reajustava o piso da iniciativa privada e um outro projeto que estabelecia um abono para permitir que os servidores públicos do estado de São Paulo, nenhum, ganhasse menos do que o piso, que seria o piso da faixa 2, que com esse projeto de lei passa a ser estabelecido em 1183 reais. É um aumento de 56 reais em relação ao piso anterior, mas para quem está nessa faixa é uma diferença importante para as pessoas complementarem e terem a sua renda revalorizada.

Infelizmente esse piso, esse abono, para garantir que os servidores públicos também tenham esse benefício, não chegou a esta Casa. Então, deixamos aqui de público também o apelo ao governador João Doria, ao secretário da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, para que acelere e possa vir para esta Casa também um projeto que estabelece e estende o direito desse piso também para os servidores públicos do estado de São Paulo.

Eu não tenho aqui o número exato. Todo ano precisa calcular isso novamente, mas eu sei que são por volta de 40 a 50 mil servidores que podem ser também beneficiados se a gente tiver o projeto que trata do piso salarial. E também para os servidores esse abono, para garantir que nós não tenhamos no estado de São Paulo nenhum servidor ganhando menos do que o piso que é estabelecido para os trabalhadores em geral.

Uma medida importante. Eu sei que o governador tem olhado, o secretário da Fazenda agora mesmo mandou aqui um projeto que estabelece um bônus para os fiscais de rendas do estado de São Paulo, que é um projeto importante, exerce uma atividade importante, mas acho que é importante também olhar para aqueles servidores que ganham o piso, ou hoje estão no piso salarial vigente no estado de São Paulo, que é de 1.127 reais.

Então, a importância de vir esse projeto é que esses servidores também poderiam passar para esse piso de 1.183 reais.

Aproveito o tempo que me sobra aqui. Estamos chegando ao final da Legislatura e do mandato. Quero agradecer a oportunidade que tive de, durante três mandatos, exercer a representação do povo paulista nesta Casa. Isto me honrou muito e me deu muita satisfação porque pudemos, ao longo desse tempo, participar de debates importantes.

Tive a oportunidade de conviver com todos os colegas deputados. Foi a oportunidade de um aprendizado muito grande. Tenho certeza de que, embora sem um novo mandato, vamos continuar com o nosso trabalho de atuação política. Afinal, a política é uma coisa que está no nosso sangue desde jovens, como sindicalista e ainda como estudante.

Fico muito honrado de ter sido um dos representantes do povo paulista nesta Casa por três mandatos. Nesse período, pude exercer o cargo de secretário do Trabalho e, depois, o cargo de secretário de Gestão Pública, na gestão do governador Geraldo Alckmin. Foram todos cargos que me honraram e me permitiram atuar e discutir questões importantes para a população de São Paulo.

Portanto, o meu agradecimento a todos que me honraram com o seu voto e a todos os pares que, com a sua convivência, engrandeceram o nosso trabalho.

Quero desejar, aos que tiveram o seu mandato renovado e àqueles que estão chegando nesta Casa pela primeira vez para exercer o seu mandato a partir da próxima sexta-feira, dia 15, quando teremos o início da nova legislatura, que possam exercer o mandato com muita dignidade e defender o crescimento e o desenvolvimento do nosso estado de São Paulo.

Esta Casa, muitas vezes, foi palco de intensos debates. Mas tenho certeza de que os deputados, com o seu trabalho, e todos nós que aqui estivemos, respondemos por isso e contribuímos para que o estado de São Paulo, nesses anos todos, tivesse uma legislação. E, principalmente, um orçamento que permitiu que o Estado se mantivesse equilibrado e continuasse com capacidade de investimento.

Passamos, nesse último período, um período de crise e recessão. Mas o estado de São Paulo, graças ao trabalho desta Casa e ao governador Geraldo Alckmin, que governou o Estado nos últimos quatro anos, complementado pelo governador Márcio França, que encerrou o mandato da gestão anterior com muita responsabilidade. E conduziram o estado e mantiveram o seu equilíbrio fiscal.

Isso fez com que o estado de São Paulo pudesse continuar pagando e honrando os seus compromissos em dia. E, acima de tudo, com capacidade de investimento. Fico muito feliz de poder ter participado desse processo e ter contribuído com isso.

Mais uma vez, agradeço a todos e à convivência de todos os deputados, com quem pude aprender muito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram estas as minhas palavras.

O SR. GILMAR GIMENES - PSDB - Para fazer o encaminhamento, pela bancada do PSDB, passo a palavra para o deputado Márcio Camargo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra, para encaminhar o projeto, o nobre deputado Márcio Camargo.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, colegas deputados, servidores desta Casa de leis, telespectadores que nos assistem através da TV Assembleia, meu muito boa noite.

Primeiramente, quero me solidarizar com todas as famílias que foram atingidas pelas fortes chuvas. Na Grande São Paulo, tivemos o óbito de 12 pessoas de antontem para ontem. Quero me solidarizar com os prefeitos, com toda a população e com as famílias atingidas por essas fortes chuvas.

Sr. Presidente, me antecedeu o deputado Davi Zaiá. Estamos chegando ao fim do nosso mandato legislativo. No dia 15, vão entrar novos deputados nesta Casa, a quem quero desejar muito boa sorte. E aos colegas que ficam, também.